

Sumário

Principais siglas e abreviaturas utilizadas.....	XIX
Prefácio	1
Resumo.....	3
Introdução, delimitação do objeto de investigação e formulação de hipóteses	5
Capítulo 1: A colocação do problema – em busca de um conceito de prova ilícita	11
1.1 – Premissa: a leitura do tema a partir da Constituição	11
1.1.1 – As implicações da filtragem constitucional.....	13
1.2 – Premissa: a atividade probatória como direito fundamental.....	15
1.2.1 – A natureza fundamental de um direito não impede limites nem renúncias.....	24
1.3 – Dos limites constitucionais da prova.....	28
1.4 – A Constituição brasileira possui um comando amplo, proscritivo de provas ilícitas? Qual o relevo da expressão “provas obtidas por meios ilícitos” no lugar de “provas ilícitas”?.....	33
1.5 – Sobre as diferenças entre o processo civil e o processo penal.....	44
1.6 – Tipologias e nomenclaturas correlatas	55
1.6.1 – Provas ilícitas <i>versus</i> provas inadmissíveis e, ainda, provas proibidas.....	57
1.6.2 – Provas ilícitas <i>versus</i> provas imorais	66
1.6.3 – Provas ilícitas <i>versus</i> provas viciadas	68
1.6.4 – Provas ilícitas <i>versus</i> provas atípicas	70

1.6.5 – A insuficiência da diferenciação veiculada pela díade ilegitimidade versus. ilegalidade	73
1.7 – Antecedentes à formação de um conceito de prova ilícita.....	74
1.7.1 – O efeito à distância ou as provas por derivação	84
1.8 – As <i>exclusionary rules</i> e suas exceções	93
1.8.1 – Independent source exception	100
1.8.2 – Inevitable discovery exception.....	104
1.8.3 – Purged taint ou attenuation exception.....	108
1.8.4 – Impeachment exception.....	113
1.8.5 – Harmless error exception	115
1.8.6 – Good-faith exception	121
1.9 – O conceito adotado e seus desdobramentos	126

Capítulo 2: O modelo cooperativo de processo e seus impactos

na temática da prova ilícita	133
2.1 – A dimensão constitucional da boa-fé	133
2.2 – No que o processo cooperativo se diferencia dos modelos inquisitório e adversarial?.....	140
2.3 – Sobre o princípio da cooperação.....	143
2.4 – Princípio da cooperação e a vedação ao abuso dos direitos processuais	148
2.5 – Sedes normativas da contenção do abuso dos direitos processuais.....	151
2.6 – Mecanismos de sanção endoprocessual e a vedação à chamada “nulidade de algibeira”	156
2.6.1 – Nulidade de algibeira e prova ilícita: uma primeira aproximação	160
2.7 – Reaproximação da boa-fé enquanto objeto de análise com a <i>good-faith exception</i>	162
2.8 – Interações entre o modelo cooperativo de processo e a prova ilícita	165
2.9 – Conclusões parciais.....	166

Capítulo 3: O princípio da aquisição – histórico, aplicações, fundamentos e necessária releitura.....	169
3.1 – Considerações introdutórias.....	169
3.2 – Notícia comparatista no âmbito legislativo.....	180
3.3 – Questões usualmente tratadas à luz do princípio da aquisição.....	186
3.3.1 – A possibilidade de utilização indistinta da prova por todos os atores processuais.....	187
3.3.2 – Impossibilidade de desistência.....	191
3.3.3 – Efeitos sobre os litisconsortes.....	193
3.3.4 – Relação com ônus da prova.....	198
3.3.5 – A aquisição negociada no direito processual penal italiano.....	203
3.3.6 – O apensamento de processos no direito português.....	204
3.3.7 – O antigo art. 526 do CPC/73, atual art. 1018 no nCPC.....	205
3.4 – Outras aplicações.....	206
3.5 – Uma proposta de releitura do princípio da aquisição como responsabilidade e gestão da atividade probatória.....	213
Capítulo 4: A interação entre o princípio da aquisição e a problemática da prova ilícita.....	223
4.1 – Momento e forma de introdução do suporte à alegação de fato nos autos.....	223
4.2 – O juiz como <i>gatekeeper</i> e como responsável pelos comportamentos subsequentes das partes.....	224
4.3 – Aperfeiçoamento da aquisição probatória.....	231
4.3.1 – Há possibilidade de aquisição tardia?.....	232
4.3.2 – Há possibilidade de impugnação tardia?.....	233
4.4 – A aquisição como prova da insustentabilidade da “ilicitude favorável ao interesse subjacente”.....	234
4.4.1 – O problemático uso corrente do princípio da proporcionalidade.....	238
4.5 – Aquisição e formação de efeitos preclusivos.....	243

4.6 – A impugnação da prova e a continuidade da relação processual: a aquisição resistida	250
4.6.1 – Continuação a conta e risco do proponente.....	250
4.6.2 – Desdobramentos inevitáveis vs. Interesse na anulação – qual a atitude cooperativa?.....	252
4.7 – O estado de necessidade probatório	254
4.8 – O relevo da vontade nos comportamentos dos atores processuais na produção e na interação comunicativa	267
Capítulo 5: Meios de prova polêmicos	273
5.1 – Emprego de voz, de dados, de imagens e de dispositivos de armazenamento	274
5.1.1 – Interceptação telefônica e gravação de conversas telefônicas	275
5.1.2 – Interceptação telemática, acesso a nuvens e a aplicativos de mensagem	288
5.1.3 – Bulk collection.....	295
5.1.4 – Fotografias e gravações de imagem	298
5.1.5 – Sigilos bancário e fiscal	309
5.2 – Polígrafo, <i>brain mapping</i> e narcoanálise: convergências e distinções essenciais	316
5.3 – O uso do chamado <i>deceptive interrogation</i>	326
5.3.1 – O questionamento malicioso.....	329
5.4 – Derrelições como prova.....	338
5.5 – Intrusões corporais	348
5.6 – Controvérsias probatórias na cooperação internacional	363
5.7 – Colaboração premiada e acordo de leniência	367
5.8 – “Vazamentos globais” (WikiLeaks, Panama Papers e SwissLeaks, entre outros).....	377
5.9 – Os traços comuns dos meios controvertidos estudados e vetor para a definição de validade do meio probatório	389

Conclusões e enunciação da tese.....	397
Referências bibliográficas	401